

Transparência ou Gestão de Imagem? A Comunicação Pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas diante do caso Braskem¹

Laura Nayara Pimenta²

Auriane Silva de Brito³

Flávio Henrique Silva Santos⁴

Nisllayne Fábila de Souza Santos⁵

Pollyane de Souza Martiniano⁶

RESUMO

O texto faz uma análise comparativa da comunicação pública feita pela Prefeitura de Maceió e pelo Governo do Estado de Alagoas, diante da crise gerada pelo colapso da mina 18 da Braskem. A análise mostra que Prefeitura e Governo adotaram estratégias comunicativas distintas, com a Prefeitura priorizando informar, minimizar tensões, destacar ações próprias e responsabilizar a Braskem. Já o Governo adotou tom mais crítico, qualificando o caso como crime e cobrando responsabilização, evidenciando disputas políticas e diferentes modos de construir suas imagens públicas.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; desastre; Maceió; Braskem.

1. Introdução

No começo de 2018, após aproximadamente 40 anos de exploração de sal-gema pela petroquímica Braskem (anteriormente conhecida como Salgema) em Maceió, Alagoas, os primeiros tremores de terra foram percebidos no bairro Pinheiro. O solo cedeu, afundando trechos de ruas e casas, causando rachaduras em suas paredes e pisos. Dezenas de milhares de famílias viram suas vidas desmoronarem junto com os bairros diretamente atingidos (Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto, Farol e Mutange). Além deles, outras regiões foram afetadas, seja por meio de eventos geológicos ou de

¹ Trabalho apresentado no GT 03 | Comunicação Pública, Transparência, Accountability e Participação no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025, em São Cristóvão/SE.

² Professora do Curso de Relações Públicas e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), e-mail: laura.pimenta@ichca.ufal.br

³ Estudante de Graduação, 6º Semestre, do Curso de Relações Públicas da Ufal, e-mail: auriane.brito@ichca.ufal.br

⁴ Estudante de Graduação, 5º Semestre, do Curso de Relações Públicas da Ufal, e-mail: flavio.henrique@ichca.ufal.br

⁵ Estudante de Graduação, 8º Semestre, do Curso de Relações Públicas da Ufal, e-mail: nisllayne.santos@ichca.ufal.br

⁶ Estudante de Graduação, 8º Semestre, do Curso de Jornalismo da Ufal, e-mail: pollyane.martiniano@ichca.ufal.br

fenômenos sociais, como o isolamento, limitando o acesso dos moradores a equipamentos públicos, transporte e serviços essenciais de saúde, segurança e alimentação. Estamos falando de milhares de vítimas, que permanecem num estado de insegurança e estão sendo cada vez mais vulnerabilizadas (Rodrigues et al., 2024).

Quando em 29 de novembro de 2023 a Prefeitura de Maceió divulgou em seu site a primeira nota oficial informando sobre a possibilidade de colapso da mina 18 da Braskem — umas das 35 minas da empresa, situada às margens da Lagoa Mundaú, nas imediações do bairro Mutange — e decretou situação de emergência por 180 dias (Decreto nº. 9.643), instalando um gabinete emergencial de crise para acompanhar o caso, a situação gerou pânico e desinformação, enquanto a Braskem mantinha um discurso neutro, apesar dos sinais evidentes de afundamento. Embora o desastre tivesse início em 2018, só ganhou atenção nacional com a iminência do colapso, em parte devido à influência da empresa sobre a mídia e seus vínculos com o poder público (Rodrigues et al., 2024).

Tem-se, então, não só uma tragédia socioambiental, mas também um desastre criado por um estado de incertezas geradas pela própria organização, além da evidente expressão social da vulnerabilidade (Gilbert, 1998). Ela não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização da sociedade.

Apesar de se tratar de um desastre em curso que teve como marco inicial os tremores e rachaduras de 2018, o caso da Braskem só ganhou expressão nacional com o risco de colapso da mina 18. Antes disso, a destruição causada pela petroquímica sequer tinha alcance local, o que se deve às profundas relações que a empresa estabelecia com a imprensa através de investimento publicitário, assim como os acordos firmados com os poderes públicos (Rodrigues et al., 2024). As informações de maior expressividade sobre o caso provinham justamente da comunicação institucional de programas como o Braskem Explica (atualmente nomeado como “Compromissos da Braskem”), cujos vídeos e notícias indicavam que tudo estava bem.

Mesmo com os esforços da Braskem para evitar abordar o caso e investir fortemente em campanhas institucionais, o risco de aprofundamento da tragédia com o

rompimento da mina, somado ao decreto de estado de emergência pela Prefeitura de Maceió, tornou a situação difícil de ser controlada – ou mesmo silenciada. Até o dia efetivo do rompimento da mina 18 – 10 de dezembro de 2023 – muitas foram as especulações, as denúncias, as coberturas sensacionalistas e as escusas.

Neste artigo, concentramos a análise em dois atores centrais nas controvérsias relacionadas à crise da mina 18: a Prefeitura de Maceió e o Governo de Alagoas. Realizamos um estudo comparativo da comunicação pública dessas instituições diante do colapso da mina, com foco nos conteúdos divulgados em seus sites oficiais. A análise de conteúdo seguiu os parâmetros metodológicos descritos por Maia et al. (2022), com atenção especial ao componente enquadrado nas notícias e como a crise foi qualificada. Destacamos os resultados aqui trazidos são parciais, fruto de uma pesquisa mais ampla, que envolve a análise de enquadramento multimodal (Wozniak et al., 2014) das peças de comunicação pública publicadas no Instagram e nos sites institucionais da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas.

2. Como Entendemos a Comunicação Pública

O termo comunicação pública apresenta caráter polissêmico, abrangendo desde concepções mais instrumentais, voltadas às técnicas comunicativas utilizadas pelo governo, até abordagens que destacam dimensões subjetivas e abstratas das relações estabelecidas entre cidadãos e poder público. Entendemos tal comunicação como aquela que ocorre na esfera pública e envolve o debate público sobre temas de interesse público, debate este que precisa ser aberto à participação social ativa, tendo como horizonte a ampliação da publicização das questões da sociedade (Duarte, 2010; Matos, 2009; Pimenta, 2015; Weber, 2017). Também nos referimos à comunicação pública quando falamos das estruturas e práticas de comunicação do setor público que dizem respeito à responsabilidade que este tem de informar e definir uma relação com a sociedade civil, quanto o estabelecimento de interações institucionais entre o governo e os públicos por meio de canais de escuta e de participação (Zémor, 1995; Kunsch, 2012; Pimenta, 2015).

Pimenta (2015) aponta três dimensões que permitem compreender o conceito de comunicação pública: (a) a comunicação do poder público “para” e “com” os cidadãos; (b) a comunicação pública como espaço de circulação estratégica de temas de interesse coletivo; e (c) a comunicação constituída no espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública. A primeira dimensão da comunicação pública diz respeito à interação entre o poder público e a sociedade civil, destacando a responsabilidade do Estado em garantir canais de escuta e de participação dos cidadãos. A segunda dimensão compreende a comunicação pública como um espaço de circulação estratégica de temas de interesse coletivo entre diferentes instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, o que reforça seu caráter transversal e interinstitucional. Já a terceira dimensão refere-se à comunicação que ocorre no espaço público e que impacta diretamente a opinião pública, configurando-se como elemento fundamental para o exercício da cidadania, pois possibilita que as ações do poder público sejam discutidas, avaliadas e legitimadas pela sociedade.

Para Bucci (2022), a comunicação pública, para merecer o adjetivo de pública, precisa envolver mecanismos inclusivos e abertos à participação, críticas e apelos da sociedade civil. Isto é, tal comunicação vai além da mera transmissão de informações e se configura como um instrumento essencial para promover o engajamento da população e fortalecer a transparência na gestão pública.

Gomes et al. (2018, p.5) destacam que “há transparência quando sujeitos independentes do agente ou dos agentes públicos que praticaram determinada ação têm acesso à informação necessária para saberem, pelo menos, que ato foi praticado, por quem e com qual escopo”. Os autores pontuam que a transparência se dá em diferentes níveis e envolve pelo menos três dimensões: (a) os assuntos e âmbitos sobre os quais se podem produzir informação pública; (b) a extensão e a qualidade da informação disponível, e (c) o montante de pessoas e de classes de pessoas a quem é permitido acesso a essa informação.

De acordo com Filgueiras (2011), a transparência constitui um valor central da gestão pública contemporânea. Sua efetivação implica ampliar o acesso da sociedade às informações sobre as ações dos agentes públicos, fortalecendo, assim, os mecanismos de accountability. Cabe, portanto, às instituições políticas desenvolver instrumentos de

prestação de contas que permitam transformar a razão de Estado em razão pública, garantindo o controle social sobre o poder político. Nesse sentido, a *accountability* não se restringe ao processo contábil, mas configura um processo político e democrático de exercício da autoridade pelos cidadãos. Como sua realização depende do aprimoramento da transparência, os dois conceitos frequentemente aparecem como intercambiáveis.

Buscando propor uma categorização própria que permita compreender, de forma mais precisa, aquelas experiências comunicacionais que envolvem a Comunicação de Estado, Miola e Marques (2024) argumentam que a comunicação pública é produzida por agentes do Estado, que dialogicamente participam da construção de consensos relacionados ao interesse público e utilizam a mídia pública a partir de princípios republicanos. Os autores denominam tal comunicação como Comunicação Pública de Estado (CPE) e destacam que ela se estrutura em duas dimensões complementares: uma normativo-democrática, voltada à promoção da participação cidadã, da transparência, da *accountability*, bem como ao acesso a direitos sociais por meio de serviços, contribuindo para a governança; e outra de caráter institucional, orientada à cidadania, com ênfase na construção de laços sociais, no estímulo à solidariedade e na promoção da confiança nas instituições e na democracia. Enfatizam que tais dimensões não devem, em hipótese alguma, ser confundidas com promoção pessoal ou partidária, ainda que práticas de instrumentalização política recorram, com frequência, a estratégias que se revestem de interesse público.

Na perspectiva da transparência e da *accountability*, Fernandes (2021) aponta que não há espaço para propagandas que promovam governo e governantes ou para fake news usadas com o objetivo de desmoralizar opositores do governo ou instituições que façam sua fiscalização. A visibilidade pública, que é necessária às democracias, deveria ser orientada pela transparência e pelo debate crítico, promovendo direitos e emancipação social. Todavia, Weber (2025) aponta que essa visibilidade pode ser adaptada, distorcida ou instrumentalizada por interesses privados e projetos ideológicos, relativizando verdades e obscurecendo o interesse público.

Considerando os conceitos apresentados, na próxima seção buscamos entender como se dá a comunicação pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas, que são nosso foco neste texto.

3. A Comunicação Pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas

A Prefeitura possui uma Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), que “atua com a comunicação institucional da administração direta e indireta, com o objetivo de divulgar os projetos e políticas de governo e disseminar informações do Município de Maceió a respeito de assuntos de interesse dos mais diversos segmentos sociais” (Secom, 2024, n.p.). Observamos nessa explicação uma ideia muito mais instrumental e transmissiva do que dialógica, o que já fere o ideal normativo da comunicação pública aberta e participativa.

Para cumprir esse objetivo de “disseminar informações”, a Secom é responsável pelos canais de comunicação da Prefeitura, dos quais podemos elencar o Diário Oficial do Município, o portal eletrônico oficial (<https://maceio.al.gov.br/>), os perfis oficiais nas mídias sociais digitais Facebook (228 mil seguidores), Instagram (422 mil seguidores), X (27,4 mil seguidores) e no Youtube (55,4 mil inscritos). Além disso, faz inserções nos canais de televisão aberta e nas rádios, bem como em outdoors e outras mídias presentes no mobiliário urbano.

Desde que João Henrique Caldas, mais conhecido como JHC, assumiu a Prefeitura de Maceió em 2021, a comunicação pública municipal tornou-se mais estetizada e centrada em sua figura. Apostando no marketing político para romper com a imagem da “velha política” — da qual seu próprio histórico familiar é parte — o prefeito utiliza intensamente as redes sociais com uma postura influenciadora, o que lhe rendeu o apelido de “prefeito do Instagram”. Essa estratégia vem acompanhada de um forte aparelhamento da comunicação institucional, evidenciado pelo aumento expressivo do orçamento da Secom em 2024, que triplicou em relação ao ano anterior e superou os investimentos em áreas essenciais como Turismo e Habitação.

No que diz respeito ao Governo do Estado de Alagoas, este possui uma Secretaria de Estado da Comunicação (Secom), cuja missão é “promover a comunicação

do Governo do Estado de Alagoas junto à sociedade, pautado na ética, transparência e proximidade, ampliando o acesso à informação de interesse público” (Governo de Alagoas, 2025, n.p.). Compete à Secretaria o planejamento, coordenação, execução e o controle da política de comunicação social do Poder Executivo do Estado de Alagoas. Além disso, a Secom cuida do Diário Oficial do Estado, do portal eletrônico oficial (<https://alagoas.al.gov.br/inicial>), e dos perfis oficiais nas mídias sociais digitais Facebook (113 mil seguidores), Instagram (276 mil seguidores), X (717 seguidores) e no Youtube (8,43 mil inscritos), além das demais inserções na mídia de massa e do planejamento da comunicação.

Sob o lema “O Governo que faz”, a comunicação institucional do Governo de Alagoas busca reforçar a imagem de um estado em desenvolvimento contínuo, resultado do trabalho coletivo e da atuação constante do Executivo. A imagem do atual governador Paulo Suruagy do Amaral Dantas, filiado ao MDB, não é tão personalizada nas mídias institucionais como a do prefeito JHC, mas o caráter promocional está presente, ainda que de forma indireta, ao sugerir que a gestão vigente promoveu mais crescimento e benefícios à sociedade em comparação a administrações passadas. Essa estratégia é evidenciada pelo uso recorrente de dados numéricos para destacar realizações, iniciativas e medidas implementadas, priorizando o aspecto quantificável das políticas públicas em detrimento de uma demonstração qualitativa, dando menos ênfase para os resultados na qualidade de vida da população.

Paulo Dantas, filho do ex-deputado estadual Luiz Dantas, integra uma das famílias mais tradicionais da política alagoana. Sua trajetória evidencia a continuidade das oligarquias no estado, sustentadas por alianças familiares e forte controle institucional. Em 2022, assumiu o governo por escolha indireta da Assembleia Legislativa, após a renúncia de Renan Filho, também do MDB e herdeiro político de Renan Calheiros, o que fortaleceu os laços entre as famílias Dantas e Calheiros. No mesmo ano, foi eleito governador pelo voto direto. Apesar do discurso de gestão técnica e modernização, sua atuação permanece ligada às estruturas políticas tradicionais que há décadas dominam Alagoas.

O contraste entre Paulo Dantas e JHC reflete-se em seus estilos comunicacionais: enquanto o prefeito de Maceió adota um tom conciliador,

projetando-se como um homem tradicional, equilibrado e confiável, buscando reconhecimento e gratidão pública, o governador usa um discurso mais enfático e autoritário, reforçando sua dedicação incansável ao povo. No caso Braskem, os defensores de JHC ressaltam que sua gestão impediu a instalação da mineradora em Maceió, enfatizando a correção de erros anteriores, enquanto o Governo do Estado responsabiliza claramente a Braskem pelo desastre. Essas diferenças nos discursos oficiais — com a Prefeitura evitando associar diretamente a mina 18 a um crime ambiental e o Governo enfatizando essa responsabilidade — refletem, em grande parte, o conflito político entre as duas esferas de poder.

4. Um pouco sobre crises e a comunicação nesse contexto

Apesar de Forni (2019) reconhecer a existência de múltiplas definições para o termo "crise", ele propõe uma conceituação voltada ao contexto organizacional, entendendo a crise como uma ruptura na normalidade da organização, que representa uma ameaça real à ela e atrai tanto a atenção da mídia quanto a pressão da concorrência/adversários. Já Coombs (2019) amplia a definição ao considerar a crise como uma violação percebida das expectativas relevantes dos públicos de interesse, capaz de gerar consequências negativas tanto para eles quanto para a própria organização. Ambas as abordagens ressaltam o impacto potencial de uma crise e a necessidade de uma resposta estratégica eficaz, por meio da gestão de crises.

A gestão de crises pode ser entendida como o conjunto de ações voltadas à prevenção, mitigação e transformação dos danos causados à organização. Coombs (2019) complementa essa visão ao definir a gestão de crises como um conjunto de fatores destinados a combater as crises, reduzir seus impactos e proteger tanto a organização quanto seus públicos. Essa abordagem integra quatro elementos interrelacionados — prevenção, preparação, resposta e revisão — que formam a base de um processo contínuo e estratégico de enfrentamento de crises.

A prevenção, muitas vezes invisível ao público, busca evitar que crises aconteçam por meio da identificação e correção de riscos. Quando a prevenção falha, entra em ação a preparação, que envolve o planejamento estratégico, a formação de

equipes, o treinamento de porta-vozes e a elaboração do Plano de Comunicação de Crise. A resposta consiste na aplicação prática desses planos durante crises reais ou simuladas, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre a organização e seus públicos. Por fim, a revisão analisa o desempenho da organização diante da crise, identificando acertos e falhas para aprimorar as etapas anteriores. Assim, cada fator influencia os demais, fortalecendo a capacidade da organização de lidar com crises futuras de forma mais eficaz.

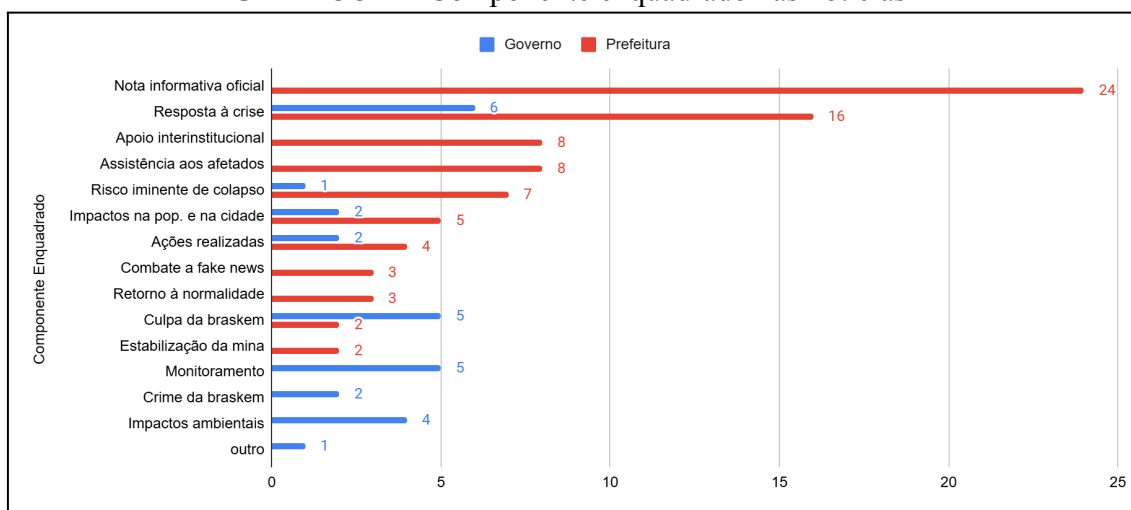
5. Narrativas institucionais em disputa

Considerando o contexto do qual estamos falando, decidimos estabelecer um recorte de análise em dois canais de comunicação: os sites da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas. As notícias neles publicadas foram coletadas por meio da chave de busca “mina 18”. Ao todo, foram coletados 82 textos no site da Prefeitura e 28 no do Governo de Alagoas. O conteúdo de cada texto foi compilado em um único arquivo para cada órgão, a fim de facilitar a etapa de análise de conteúdo.

Utilizamos os princípios da análise de conteúdo propostos por Maia et al. (2022), que pressupõem algumas etapas: a primeira é a escolha do material analisado (notícias), a segunda é a definição de estratégias de análises e a terceira envolve seis passos de desenvolvimento: a) definição da amostra (todas as notícias coletadas); b) determinação da unidade de análise (notícias); c) construção de categorias analíticas; d) teste de confiabilidade; e) codificação; e f) análise e interpretação de dados. Aqui, exploraremos principalmente o conteúdo dos textos, considerando o componente enquadrado nas notícias e como qualificam a crise.

No que se refere ao componente enquadrado (ver GRAF. 1), observamos quais foram as principais narrativas destacadas nos canais públicos e quais foram as estratégias utilizadas para dar sentido às questões tratadas.

GRÁFICO 1 – Componente enquadrado nas notícias



Fonte: Elaborado pelos autores

Observamos uma predominância de “Notas Informativas Oficiais” na comunicação da Prefeitura de Maceió, com 24 registros — geralmente duas por dia —, caracterizadas por linguagem técnica e foco na atualização constante da população, especialmente nos bairros de risco. Essa estratégia visou tanto informar quanto combater a desinformação. Em contraste, o site oficial do Governo de Alagoas não apresentou esse tipo de conteúdo.

O segundo componente mais presente foi a “Resposta à crise”, com 16 registros pela Prefeitura contra 6 pelo Governo, evidenciando uma narrativa de protagonismo e ação. Os temas “Apoio interinstitucional” e “Assistência aos afetados” aparecem oito vezes nas publicações municipais e não são mencionados pelo Governo, reforçando a imagem de acolhimento e articulação defendida pela gestão de JHC. A intensificação do uso das mídias sociais por parte do prefeito, aliada à visibilidade dessas ações, sugere também uma estratégia política de autopromoção.

A Prefeitura também lidera nos tópicos “Risco iminente de colapso” (7 menções contra 1 do Governo), “Impactos na população e na cidade” (5 contra 2) e “Ações realizadas” (4 contra 2), consolidando uma narrativa de sensibilidade e presença. Foi ainda a única a tratar de “Combate a fake news” e “Retorno à normalidade”, assumindo o papel de mediadora da crise e promotora de esperança diante da adversidade. Já o Governo se destacou nos temas “Monitoramento” (5 menções, nenhuma da Prefeitura) e na responsabilização da Braskem — com 5 menções

à “culpa” da empresa e 2 ao “crime”, contra 2 e nenhuma, respectivamente, por parte da Prefeitura. A Prefeitura manteve uma postura mais cautelosa, evitando imputações diretas à empresa, ao passo que o Governo adotou um tom mais crítico e judicializante. A ausência do termo “crime” nas comunicações municipais contrasta com o posicionamento do Estado, que não hesitou em responsabilizar formalmente a Braskem.

Por fim, o tópico “Estabilização da mina” foi tratado apenas pela Prefeitura (2 vezes), enquanto “Monitoramento” foi abordado apenas pelo Governo (5 vezes), revelando diferentes enfoques: a Prefeitura buscando tranquilizar a população e o Governo enfatizando sua vigilância técnica. Impactos ambientais e outras questões mais amplas da crise foram mencionados exclusivamente nas comunicações do Estado, revelando um olhar mais estruturado sobre os desdobramentos do desastre.

No Quadro 1 podemos observar uma síntese na análise comparativa dos componentes enquadrados pelos dois órgãos.

QUADRO 1 – Análise comparativa qualitativa dos componentes enquadrados

Categoria	Prefeitura de Maceió	Governo de Alagoas
Notas Informativas Oficiais	Comunicação frequente com linguagem técnica e foco em transparência e orientação à população.	Ausência desse tipo de publicação, sem estratégia informativa sistemática.
Resposta à Crise	Atuação destacada com tom de protagonismo e valorização de ações emergenciais.	Participação discreta, com comunicação mais pontual e institucional.
Apoio Interinstitucional	Falas de união federativa e superação de divisões políticas.	Tema não tratado nas comunicações oficiais.
Assistência aos Afetados	Ênfase em medidas sociais e acolhimento das comunidades atingidas.	Tema não tratado nas comunicações oficiais.
Risco Iminente de Colapso	Tom de alerta constante, com orientações da Defesa Civil e ênfase na urgência da situação.	Linguagem comedida, evitando termos alarmistas.
Impactos na População e na Cidade	Valorização do sofrimento das vítimas e dos prejuízos locais.	Abordagem mais genérica e menos frequente.
Ações Realizadas	Destaque para serviços prestados, com foco na atuação contínua da gestão.	Comunicação de ações pontuais, com menor ênfase em resultados.
Combate a Fake News	Postura ativa de alerta à população e combate à desinformação.	Tema não tratado nas comunicações oficiais.



Retorno à Normalidade	Tom esperançoso, com foco na superação e na reorganização da cidade.	Tema não tratado nas comunicações oficiais.
Culpa da Braskem	Postura cautelosa ao atribuir responsabilidades.	Tom crítico, com responsabilização direta da empresa.
Crime da Braskem	Evita o uso do termo, sem atribuição legal direta.	Utiliza o termo para enfatizar a gravidade e ilegalidade do ocorrido
Estabilização da Mina	Comunicação técnica sobre condições geológicas e ausência de risco imediato.	Tema não tratado nas comunicações oficiais.
Monitoramento	Tema não tratado nas comunicações oficiais.	Ênfase no acompanhamento contínuo e técnico da situação.
Impactos Ambientais	Tema não tratado nas comunicações oficiais.	Incluído como aspecto relevante da crise.

Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere à análise da qualificação do acontecimento, observamos que a Prefeitura optou, majoritariamente, por não atribuir qualificação explícita à crise (72 textos), enquanto o Governo adotou essa postura em apenas 14 textos. A qualificação como crime foi utilizada em oito publicações do Governo, contra apenas uma da Prefeitura, novamente sinalizando uma postura mais incisiva do Estado no que se refere à responsabilização pelo ocorrido. Já o termo desastre foi empregado de forma quase equilibrada — quatro vezes pelo Governo e três pela Prefeitura —, sugerindo o uso de uma abordagem mais institucionalizada para nomear a situação. O termo catástrofe apareceu apenas uma vez, em publicação do Governo, enquanto tragédia foi mais utilizado pela Prefeitura (seis ocorrências), frente a apenas uma menção no Governo, revelando uma perspectiva mais emocional e voltada à sensibilização do público por parte do município. Nos casos em que qualifica o acontecimento, dois dos três termos empregados pela Prefeitura, desastre e tragédia, convidam o público a imaginar a crise em suas dimensões de tristeza e adversidade. O mesmo sentido é percebido em outros materiais produzidos pela Prefeitura e vem sempre acompanhado de demonstrações do gerenciamento, da resposta à crise e da atenção dada pela gestão maceioense à população afetada.

Essas discrepâncias não refletem apenas escolhas lexicais, mas evidenciam estratégias discursivas distintas e intenções políticas diversas sobre como cada ente público busca se posicionar perante uma crise de grande escala, alternando entre

tecnicismo, cautela, responsabilização e empatia. Assim, a opção da Prefeitura por se omitir na qualificação da crise, somada aos esforços por tranquilização da população, é reflexo do alinhamento institucional criado pelo executivo municipal com a Braskem, desde a assinatura, em julho de 2023 — quatro meses antes do colapso da mina 18 — do acordo de reparação de danos. À época, a administração foi duramente criticada por concordar com termos que restringiram as possibilidades de responsabilização da Braskem, ressarciram o município em R\$ 1,7 bilhão e, mais polemicamente, transferiram a posse de todas as propriedades urbanas afundadas para a empresa. Todas essas críticas foram intensificadas na iminência do colapso da mina 18.

Em contrapartida, o Governo de Alagoas, comandado por um opositor político ao prefeito de Maceió e que, outrora, esteve mais midiaticamente ligado aos empreendimentos da Braskem⁷, aproveitou o momento de cobranças à Prefeitura. Apostando num posicionamento mais firme e persecutório em relação à empresa, o estado não se esquivou de nomear o caso como um crime ambiental, nem de pedir pela responsabilização jurídica e política da Braskem, inclusive por meio de revisão do acordo mencionado acima, o que entendemos como crítica aos termos propostos pela Braskem, mas também ao aceite por parte da Prefeitura de Maceió.

6. Considerações finais

A análise comparativa da comunicação pública da Prefeitura de Maceió e do Governo de Alagoas diante do colapso da Mina 18 da Braskem revelou diferenças significativas nos enquadramentos adotados por ambos os entes. No que concerne ao componente enquadrado, a Prefeitura de Maceió apresentou forte ênfase na tecnicidade e institucionalidade, marcada pelo predomínio de notas oficiais e enquadramentos que publicizam, principalmente, as ações realizadas em resposta à crise e de apoio à população afetada. Ao privilegiar a racionalidade técnica e a narrativa de eficiência, a gestão municipal construiu para si o papel de protagonista da crise, ocultando conflitos

⁷ Reportagens revelaram que a Braskem doou R\$ 320 mil para campanhas políticas de Renan Filho, antecessor e aliado do atual governador. Além disso, a empresa operou de 2015 a 2022, durante o governo de Renan Filho, com licenciamentos ambientais concedidos pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, autarquia estadual. Fonte: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/exclusivo-braskem-ja-bancou-campanhas-de-governadores-senadores-e-outros-politicos-de-alagoas/>

políticos e minimizando a responsabilização direta da Braskem. Essa escolha revela um projeto de governo que busca afirmar sua competência e estabilidade, ao mesmo tempo em que silencia o descontentamento social e relega a população à condição de beneficiária passiva da ação estatal, pois raramente estas aparecem como personagens e fontes das notícias.

Em contraste, o Governo de Alagoas concentrou-se em enquadramentos que destacavam a "Culpa da Braskem" e o "Crime Ambiental", assumindo um papel mais acusatório do que operativo. Enquanto a Prefeitura enquadrava a crise como um desafio de gestão, o Governo a construía como um caso jurídico e político. Mesmo com menor produção comunicacional, demonstrou uma disposição mais clara para tensionar a relação com a empresa e se posicionar como articulador político. Ainda assim, suas estratégias não romperam com a lógica centralizadora da comunicação institucional, que continua a privilegiar a visibilidade do poder estatal em detrimento da participação social. A narrativa construída, portanto, reforça o Estado como mediador supremo do conflito, limitando a emergência de públicos autônomos e a contestação cidadã.

No que se refere à qualificação da crise, a Prefeitura de Maceió evitou, na maioria dos textos, qualificá-la explicitamente, preferindo termos que evocam tristeza e adversidade, como “tragédia” e “desastre”, acompanhados de mensagens de gerenciamento e cuidado com a população. Essa postura reflete cautela política e alinhamento institucional com a Braskem, sobretudo após o acordo de reparação de 2023, alvo de críticas por limitar responsabilizações e transferir propriedades à empresa. Já o Governo de Alagoas adotou uma narrativa mais incisiva, qualificando o caso como “crime ambiental” em várias ocasiões, cobrando responsabilização da Braskem e criticando indiretamente tanto o acordo quanto a condução da Prefeitura. As diferenças lexicais evidenciam estratégias distintas: enquanto o município buscou neutralidade técnica e tranquilização, o estado investiu em responsabilização e confronto político.

Essas evidências apontam para uma problemática central: em contextos de crise, a comunicação pública tende a se converter em dispositivo de governabilidade, mais orientado à gestão da imagem institucional do que à democratização da informação. O apagamento de vozes populares é sintomático de uma prática comunicativa que, ao mesmo tempo em que se apresenta como transparente, reproduz

desigualdades simbólicas e concentra a produção de sentidos nas mãos do poder público. Trata-se de um modelo que, em última instância, legitima a continuidade da exploração e negligência empresarial ao não sustentar um debate público amplo sobre as causas estruturais da tragédia.

A análise dos componentes de enquadramento e da qualificação da crise demonstrou que, ainda que ambos atuem sob a justificativa do interesse público, seus discursos se alinham a estratégias políticas e institucionais que moldam o modo como o acontecimento é compreendido pela opinião pública. Portanto, ao observarmos as práticas comunicacionais em contextos de crise, como o desastre provocado pela Braskem em Maceió, fica evidente que a comunicação pública não é neutra, mas sim atravessada por disputas de sentidos, interesses políticos e tentativas de controle da narrativa.

Por fim, a pesquisa mostra que a comunicação pública, em situações de desastres socioambientais, não é apenas um meio de transmitir informações, mas um campo de disputas simbólicas, no qual se definem culpados, se constroem heróis e se silenciam vítimas. O desafio que se coloca, portanto, é pensar uma comunicação pública capaz de romper com a lógica tecnocrática e personalista, abrindo espaço para a pluralidade de vozes, para a crítica social e para a efetiva participação cidadã na construção de respostas coletivas diante de crises.

REFERÊNCIAS:

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. **O papel da comunicação pública na democracia**. In: MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. (orgs.) *Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 23-34

COOMBS, W. Timothy. **Ongoing crisis communication: planning, managing, and responding**. Texas: Texas A&M University, 2019

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**. 2010. Disponível em <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComPúblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2024.

FERNANDES, Luiz Carlos do Carmo. Propaganda, transparência e accountability: a construção de indicadores para uma governança democrática. **Panorama**, v. 11, n. 1, p. 46-52, jan./jun. 2021.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 65-94, 2011.

FORNI, João José. **Gestão de crises e comunicação**. São Paulo: Atlas, 2022.

GILBERT, Claude. *Studying disaster: changes in the main conceptual tools*. In: QUARANTELLI, E.L. What is a disaster? Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula K. D. F.; ALMADA, Maria Paula. Novos desafios para a ideia de transparência pública. *Revista E-Compós*, v. 21, n. 2, 2018.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas**. In: MATOS, Heloiza. (org.). *Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 13-29.

MAIA, Rousiley; HAUBER, Gabriela; PAULA, J. **Análise de conteúdo**. In: MAIA, Rousiley (Org.). *Métodos de pesquisa em comunicação política*. Salvador: Edufba, 2022. p. 81-108.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, esfera pública e capital social**. In: DUARTE, J. (org.) **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 59-71

PIMENTA, Laura Nayara. **Comunicação pública, desenhos institucionais e gestão compartilhada: a interlocução entre poder público e cidadãos na proposta da Prefeitura de Belo Horizonte**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2015.

RODRIGUES, Emanuelle Gonçalves Brandão; PIMENTA, Laura Nayara; LEITE, Sandra Nunes. Braskem, o colapso e os públicos: a mina 18 como acontecimento. **Esferas**, v. 3, n. 31, 21 dez. 2024.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Orgs.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.

WOSNIAK, Antal; LÜCK, Julia; WESSLER, Hartmut. *Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change*. *Environmental Communication*, Dec. 2014.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. Paris: PUF, Col. Que sais-je?, 1995.